



Síntese Avaliativa

DESEMPENHO DO PPA 2020-2023

CADERNO INFORMATIVO DE M&A - ANO IV • 2023 - VOLUME I



SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO



JERÔNIMO RODRIGUES

Governador

GERALDO JÚNIOR

Vice-Governador

CLÁUDIO PEIXOTO
Secretaria do Planejamento

AFONSO FLORENCE
Casa civil

EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO
Secretaria da Administração

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
Secretaria da Fazenda

JOSÉ CASTRO
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização

WALLISON OLIVEIRA TORRES
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura

JOSÉ LEAL
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

ANDRÉ PINHO JOAZEIRO
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

ANDRÉ CURVELLO
Secretaria de Comunicação Social

BRUNO MONTEIRO
Secretaria da Cultura

ANGELO ALMEIDA
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

OSNI CARDOSO DE ARAÚJO
Secretaria de Desenvolvimento Rural

JUSMARI OLIVEIRA
Secretaria de Desenvolvimento Urbano

ADÉLIA PINHEIRO
Secretaria da Educação

ADOLPHO LOYOLA
Gabinete do Governador

CEL. PM ANAILTON MAURÍCIO COSTA
Casa Militar do Governador

LARISSA GOMES MORAES
Secretaria de infraestrutura Hídrica e Saneamento

EDUARDO SODRÉ MARTINS
Secretaria do Meio Ambiente

ÂNGELA GUIMARÃES
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades
Tradicionais

ROBERTA SANTANA
Secretaria da Saúde

DAVIDSON MAGALHÃES
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

BÁRBARA CAMARDELLI LOI
Procuradoria Geral do Estado

SÉRGIO BRITO
Secretaria de Infraestrutura

FELIPE FREITAS
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos

NEUSA CADORE
Secretaria de Políticas para as Mulheres

JONIVAL LUCAS
Secretaria de Relações Institucionais

MARCELO WERNER
Secretaria da Segurança Pública

MAURÍCIO BACELAR
Secretaria de Turismo

Equipe Técnica da Superintendência de Gestão Estratégica – SGE

MILTON DE SOUSA COELHO FILHO (Superintendente)

ANTONIO MARCOS BARRETO SILVA (Diretor de Avaliação e Coordenador do Relatório)

GUILLERMO JAVIER PEDREIRA ETKIN

LENALDO AZEVEDO DOS SANTOS

DANIELA TOSTA DE BRITO SENNA

EDNA SILVA CONCEIÇÃO

JOSÉ LANDIM FILHO

LUCAS FLORIANO ÉBER DE OLIVEIRA

MARCELO MENEZES CORDEIRO

SUZANA SODRÉ DE ARAGÃO VASCONCELLOS

MARIA APARECIDA FORTES DE ALMEIDA
PRESÍDIO (Diretora de Acompanhamento e Monitoramento)

ALEXANDRE VASCONCELOS JUNQUEIRA

JAMILLE SANTOS DOS SANTOS LIMA

ALACIR DANTAS

ALEXANDRE SANTOS RIBEIRO

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS

ANA SUELY QUEIROZ FERREIRA

FABIANE LOUISE BITENCOURT PINTO

LAISE DA SILVA SANTOS

LORENA SANTOS DA SILVA (até março de 2023)

MATHEUS SENA

NATACHA DALTRO BASTOS

PATRÍCIA OLIVEIRA BORGES DA SILVA ALMEIDA

ROBERLINDA RIBEIRO SANTOS

SHEILY MARIA BASTOS DE MACÊDO

VERALÍCIA DE FÁTIMA MARQUES MENDONÇA DE
BRITO

Assessorias de Planejamento e Gestão – APG do Poder Executivo Estadual

MAURO VIRGÍLIO CAMPOS DE OLIVEIRA – PGE

LITZA GUIMARÃES LOPES – CASA CIVIL

VALNEI DAMASCENO DE ALMEIDA – SEPLAN

WILSON MOREIRA CARDOSO – SAEB

SIZENANDO GONZAGA DA CUNHA FILHO – SEFAZ

DIEGO PITANGA DOS SANTOS – ELMAR LOPES SILVA (ATÉ 09/06/2023) -
SEAP

RITA DE CASSIA MAGALHÃES – SEAGRI

ÂNGELA AUGUSTA SANTOS RIBEIRO – SEADES

EDSON VALADARES – SECTI

NOEME PINTO COSTA CERQUEIRA – SECOM

DANIEL UCHOA PEIXOTO – SECULT

ALBERTO LUIZ CRAVO PINTO DE QUEIROZ /TARCÍSIO BRANCO AMORIM
DE ALMEIDA (ATÉ 23/08/2023) – SDE

SIMONE MARIA FIGUEIREDO SOUZA ARAÚJO – SDR

FLÁVIA MARIA TENÓRIO BARBOSA DE DEUS BARROS – SEDUR

MARIA MARGARIDA RODRIGUES COSTA – SEC

ROSE MARIE RAMOS GÓIS – SEINFRA

ANDREA CARVALHO – SIHS

GABRIELE BATISTA VIEIRA – SJDH

EUMAN JODAFE NUNES FERNANDES – SEMA

LUCIANA CONCEIÇÃO SANTOS DA MOTA – SPM

EVERALDO AUGUSTO DA SILVA – SEPROMI

LUIZ LAVIGNE VASCONCELLOS FILHO – SERIN

EMANUELE FIGUERÊDO BARBOSA – SESAB

SILVANA SALOMÃO GÓES FONTES – SSP

TIAGO SÁ TELES CORDEIRO – SETRE

JOÃO HENRIQUE PAOLILLO – SETUR



Sumário

Apresentação	05
Panorama do Programa.....	07
Indicadores do Programa – Avanços.....	10
Indicadores do Programa – Oportunidades de Melhoria.....	12
Metas do Programa – Avanços.....	12
Metas do Programa - Oportunidades de Melhoria.....	14
Execução Orçamentário-Financeira e Física – Avanços.....	17
Execução Orçamentário-Financeira e Física – Oportunidades de Melhoria...	18
Desempenho Territorial – Avanços.....	19
Desempenho Territorial – Oportunidades de Melhoria.....	20
Considerações.....	21



Síntese Avaliativa do Desempenho do Programa PPA 2020-2023: **Apresentação**

A Avaliação de Desempenho dos Programas do PPA é essencial para mensurar o alcance dos objetivos e metas estabelecidos nos compromissos de Governo, além de subsidiar a gestão para o aprimoramento e tomada de decisão na implementação das políticas públicas.

Neste documento é apresentada uma Síntese Avaliativa do Desempenho do Programa do Plano Plurianual - PPA 2020-2023, trazendo uma visão estratégica dos seus resultados, de forma sintética, transparente e colaborativa.

O Índice Sintético de Desempenho do Programa (ISDP) é uma ferramenta importante para medir o desempenho dos Programas do PPA, fornecendo uma visão geral do cumprimento de metas e indicadores. Analisar a evolução dos Indicadores de Programa, ao longo do tempo, permite identificar tendências, temáticas e áreas que necessitam de melhorias. Além disso, é crucial acompanhar a evolução das

Metas dos Compromissos dos Programas, visando possibilitar que sejam alcançadas dentro do prazo estabelecido. A execução física e a execução orçamentário-financeira das Ações Orçamentárias vinculadas às Iniciativas dos Programas também são índices importantes para avaliar o progresso da implementação dos programas e a eficiência na utilização dos recursos públicos.

Os Gráficos apresentados neste documento mostram o desempenho global dos Programas do PPA 2020-2023, considerando um conjunto desses indicadores nas dimensões esforço e resultado. Os Relatórios, com as análises mais detalhadas de cada Programa, podem ser acessados no site da Secretaria do Planejamento do Estado: www.seplan.ba.gov.br/publicacoes/avaliacao-do-ppa/ ou www.sepege.ba.gov.br/



Síntese Avaliativa

DESEMPENHO DO PPA 2020-2023

ANO IV – 2023

Programa 315

Gestão Governamental



SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO



Panorama

Os Gráficos a seguir mostram o desempenho global do Programa Gestão Governamental, considerando um conjunto de indicadores das dimensões esforço, resultado e suas desagregações. Nesse sentido, o ISDP evidencia que o desempenho do Programa se encontra na faixa Regular, mesmo patamar médio do PPA 2020-2023, ano IV. Esse índice capta, além das dimensões da eficácia das metas e das execuções orçamentário-financeira e física das ações orçamentárias, a efetividade expressada no resultado dos Indicadores de Programa, que é influenciado pela evolução, no sentido das respectivas polaridades esperadas, bem como pelos indicadores que não são apurados.

Verifica-se que 57,8% dos Indicadores de Programa, na média do PPA, apresentaram melhores desempenhos em relação à linha de base, enquanto o Programa Gestão Governamental apresentou melhor desempenho para 64,29% dos indicadores no ano de 2023. Em relação à eficácia das Metas, o desempenho do Programa foi

Regular, atingindo 60,81%, índice inferior à média de 67,87% do PPA. O índice de execução física (55,8%) apresentou desempenho Regular, semelhante ao PPA que apresentou, também, desempenho Regular (58,26%). Do mesmo modo, o índice de execução orçamentário-financeira apresentou desempenho Regular (57,17%) para o programa e para o PPA (64,64%).

Nesta síntese, destaca-se a participação dos seguintes Órgãos no Programa Gestão Governamental, considerando suas respectivas responsabilidades por componente:

Secretaria
Secretaria da Administração – Saeb
Quantidade de Indicadores de Programa
3
Quantidade de Metas
21
Quantidade de Ações Orçamentárias
71

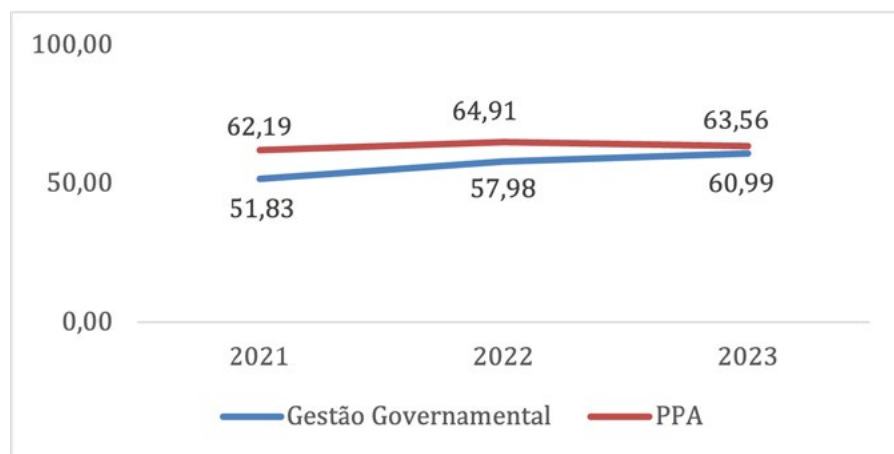
Secretaria
Secretaria do Planejamento – Seplan
Quantidade de Indicadores de Programa
3
Quantidade de Metas
12
Quantidade de Ações Orçamentárias
33

Secretaria
Procuradoria Geral do Estado - PGE
Quantidade de Indicadores de Programa
1
Quantidade de Metas
2
Quantidade de Ações Orçamentárias
13

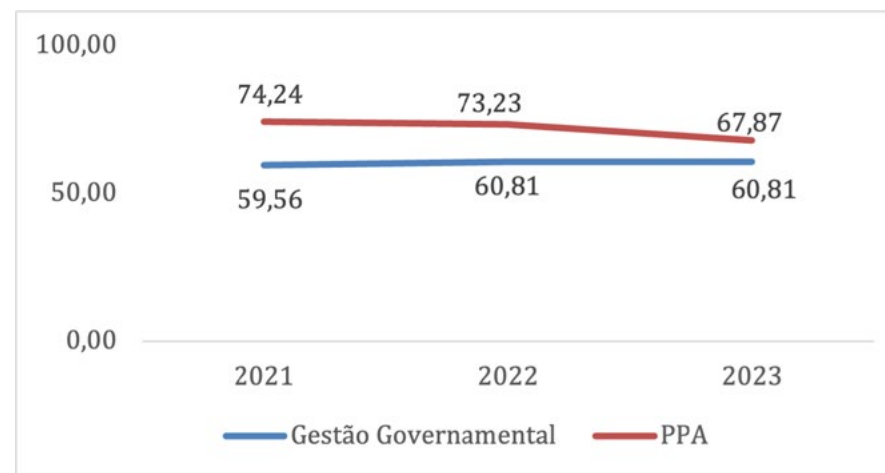
Secretaria
Secretaria da Fazenda - Sefaz
Quantidade de Indicadores de Programa
1
Quantidade de Metas
-
Quantidade de Ações Orçamentárias
30

Secretaria
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – Secti
Quantidade de Indicadores de Programa
1
Quantidade de Metas
1
Quantidade de Ações Orçamentárias
4

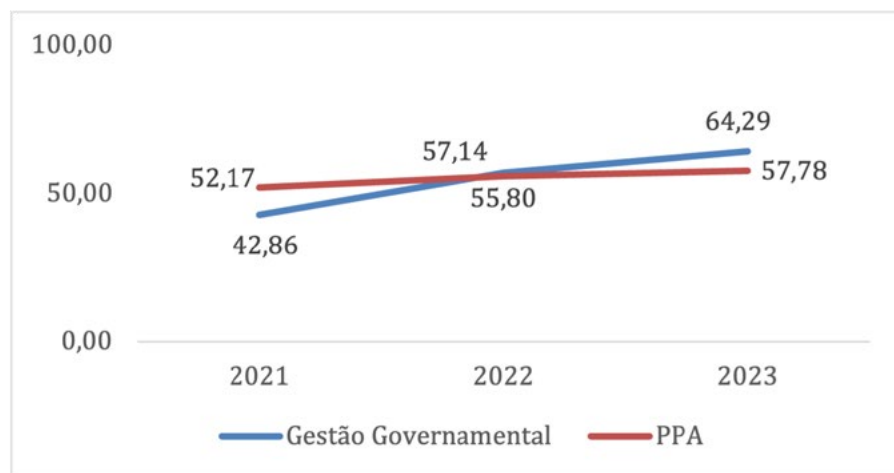
ÍNDICE SINTÉTICO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA - ISDP



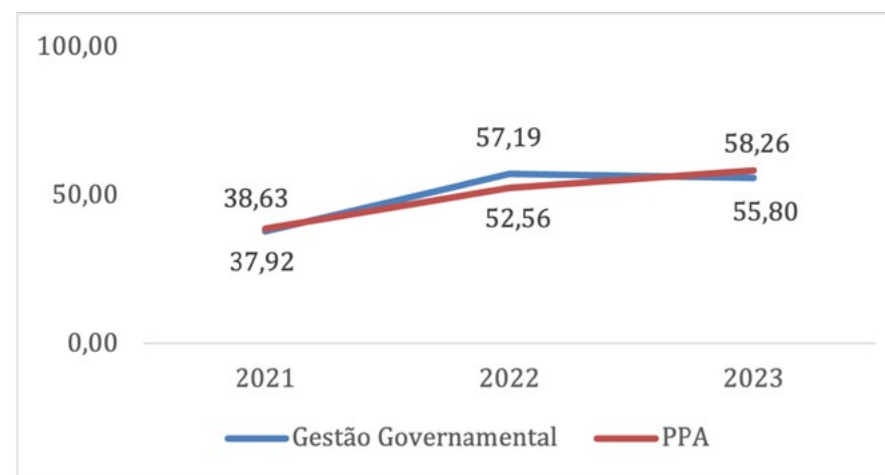
EVOLUÇÃO DAS METAS DO PROGRAMA



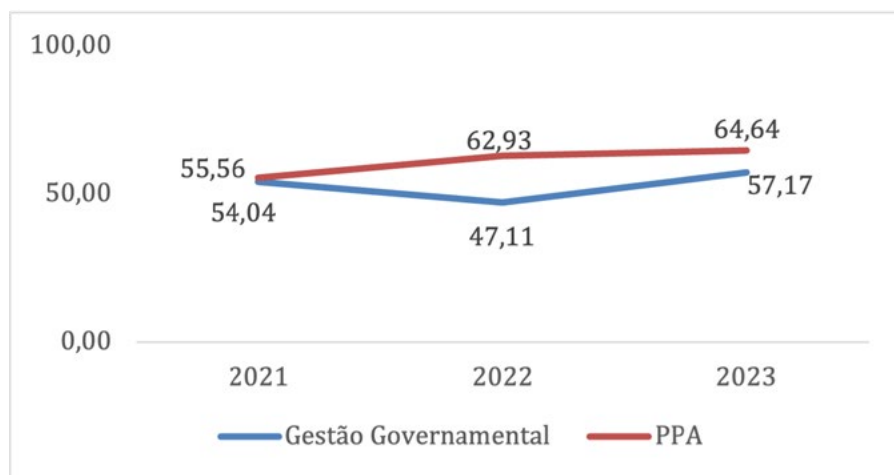
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE PROGRAMA



ÍNDICE DE EXECUÇÃO FÍSICA



ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA



Indicadores de Programa - Avanços

No Programa Gestão Governamental, 64,29% dos Indicadores de Programa apresentaram evolução positiva.

Quanto aos indicadores de responsabilidade da Seplan, Sefaz e PGE esse percentual foi de 100% e, da Saeb, 33,33%. Dentre eles, tem-se o indicador Índice de desconcentração espacial do ICMS, de responsabilidade da Seplan, com variação de 12,18% em relação ao valor de referência. O crescimento do indicador no período

é decorrente, única e exclusivamente, de mudanças na legislação tributária que afetaram negativamente a arrecadação de ICMS no Território Metropolitano (essa alteração foi na alíquota de ICMS sobre os combustíveis). Por conta disso, temos alteração na base de comparação entre os períodos. Dessa forma, esse crescimento não pode ser creditado a fatores econômicos (estruturais ou conjunturais), mas tão somente à questão de legislação.

Destaca-se, também de responsabilidade da Seplan, o indicador Proporção de instituições públicas estaduais usuárias de geoinformação, com variação de 231,24% em do seu valor de referência, em decorrência da demanda crescente pelo uso de geoinformação em todas as áreas do conhecimento.

Vale ainda ressaltar os seguintes indicadores:

- Poupança corrente, de responsabilidade da Sefaz, com variação de -6,05% em relação ao valor de referência, que apura a relação entre despesas e receitas correntes. A SEFAZ, na busca de perseverar com uma política de gestão fiscal responsável, vem mostrando uma boa disponibilidade de caixa para cumprir seus compromissos,

apesar de ainda sofrer, durante todo o ano de 2023, redução significativa de ICMS no seu principal insumo de arrecadação, reflexo das Leis complementares nº 192 e 194/2022. As despesas, mais uma vez, foram bem acompanhadas na sua execução, demonstrando o controle de uma boa gestão fiscal.

- Taxa de incremento de recuperação da dívida ativa, de responsabilidade da PGE, com variação de 28,52% em relação ao valor de referência. Estratégias de cobrança implementadas pela PGE, em especial o protesto (com o advento de um novo sistema, fruto da parceria PGE e IEPTB-BA) e a cobrança administrativa, através dos canais digitais (destacando-se a parceria entre PGE e Saeb e a inclusão de serviços voltados à Dívida Ativa no hub de serviços do ba.gov.br). Esse crescimento demonstra que a recuperação de receitas segue em linha com a capacidade de pagamento das pessoas físicas e jurídicas.
- Proporção de legalização de imóveis públicos cadastrados no Simov, de responsabilidade da Saeb, com variação de 17,19% em relação ao valor de referência. A melhora

nos índices dos imóveis legalizados foi decorrente da incorporação ao Sistema Simov de unidades imobiliárias adquiridas pelo Estado da Bahia, que apresentaram toda documentação pertinente, a exemplo de escritura, matrícula, laudo de avaliação, entre outros, cumprindo os requisitos dispostos na Instrução Normativa nº 014/2021, já ingressando no patrimônio estadual com o status de legalizadas.



O indicador **Proporção de instituições estaduais usuárias de geoinformação** teve variação de **231%** em decorrência de **demanda crescente pelo uso de geoinformação** em todas as áreas do conhecimento

Indicadores de Programa – Oportunidades de Melhoria

Em contrapartida, 35,71% dos Indicadores de Programa não evoluíram, assim como 100% dos indicadores de responsabilidade da Secti e 66,7%, da Saeb. Dentre eles, tem-se o indicador Nível de Satisfação do cidadão na avaliação do atendimento da rede Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), de responsabilidade da Saeb, com variação de -3,53% em relação ao valor de referência. O índice é resultado das respostas a cinco questões constantes na pesquisa: Infraestrutura, Agendamento, Recepção, Atendimento no Órgão e Acessibilidade. Os índices inferiores ao valor de referência são decorrentes da insatisfação do cidadão, em primeiro lugar, devido ao atendimento disponibilizado pelo órgão prestador do serviço, e em segundo lugar, no que diz respeito ao atendimento na Recepção do Posto. Algumas ações foram implementadas e resultaram em melhoria em relação ao ano de 2022.

Ressalta-se, também, o indicador Proporção de projetos para desenvolvimento de soluções tecnológicas fomentados em resposta a demandas da gestão pública,

de responsabilidade da Secti, com variação de -19,04%, em relação ao valor de referência. Essa situação foi motivada por carência, falta de adesões ou articulações entre os entes envolvidos/interessados: os editais lançados pela FAPESB tiveram baixa demanda. Também não houve definições quanto a parceiros e demandas da gestão pública para desenvolvimento de soluções tecnológicas a serem disponibilizadas para o setor produtivo.

Metas do Programa – Avanços

No Programa Gestão Governamental, 45,95% das Metas apresentaram desempenho nas escalas Bom ou Ótimo. O mesmo patamar se observou em 50% dos indicadores de responsabilidade da Seplan e da PGE, e em 47,6% da Saeb. Destaca-se a Meta, Capacitar profissionais por meio dos cursos disponibilizados pela Universidade Corporativa do Serviço Público da Secretaria da Administração (UCS/Saeb), que atingiu 127,2% em relação ao valor de alcance. Até 2019, o principal produto oferecido pela Universidade Corporativa da SAEB aos servidores eram os cursos presenciais, que respondiam por 80% dos certificados emitidos, enquanto a modalidade EAD representava apenas 20%. Com a pandemia,

em 2020 e 2021, as atividades remotas foram responsáveis por 95% do número de servidores concluintes, contra apenas 5% daqueles oriundos de eventos presenciais. A mudança foi impulsionada, além da pandemia, pela Instrução Normativa nº 48/2020, que possibilitou a remuneração de instrutoria interna em aulas síncronas, cujo formato remoto online se inscreve na modalidade de Educação à Distância.

Cabe ressaltar, também de responsabilidade da Saeb, a Meta Ampliar a destinação de imóveis públicos sem utilização, que atingiu 105,68% em relação ao valor de alcance. Este resultado se deve ao fato de que, nos anos de 2020 a 2022, os dados encaminhados eram apurados pelo SIMOV com informações das quantidades de Termos celebrados (instrumentos de outorga). Com a nova apuração, a partir de 2022, identificou-se a necessidade de atualização dos valores informados anteriormente, haja vista existirem Termos de Cessão que possuíam mais de um imóvel como objeto de outorga.

A Meta de responsabilidade da Seplan, qual seja, Promover a atualização de limites interestaduais, intermunicipais e interdistritais, atingiu 100% do seu valor de alcance. Este desempenho pode ser explicado pelas seguintes ações:



A meta **Capacitação profissional por meio de cursos através da Universidade Corporativa do Serviço Público** atingiu 127% com grande participação das **atividades remotas, que foram responsáveis por 95%** do número de servidores que aderiram às capacitações

em relação aos limites estaduais, houve a realização de campanha de campo de reconhecimento de limites territoriais entre a Bahia e o Piauí e, em relação aos limites municipais, a realização de campanhas de campo para verificação de limites entre os municípios de Barra do Mendes e Brotas de Macaúbas e entre Catu e Pojuca, além de revisão de limites de Itapebi (com Mascote, Belmonte e Itagimirim), de Bom Jesus da Serra (com Poções, Mirante, Boa Nova e Caetanos). Quanto aos limites distritais, foram finalizados os estudos para os municípios de Ribeira do Pombal e Itiúba, este último com Lei aprovada pela Câmara Municipal. Todas as demandas por estudos para atualização de limites planejadas para o período foram realizadas. Em 2024 se iniciará o 2º ciclo de atualizações de limites municipais e serão retomadas negociações com os estados ainda pendentes de negociação ou de celebração de acordo.

Quanto à Meta de responsabilidade da PGE Potencializar a recuperação da dívida ativa do Estado, que apresentou 98,4% do seu valor de alcance, atribui-se a evolução à retração da economia do Estado da Bahia com o advento da pandemia entre 2020 e 2022.

Metas do Programa – Oportunidades de Melhoria

No Programa Gestão Governamental, 29,73% das Metas apresentaram desempenho nas escalas Baixo ou Muito Baixo. Neste mesmo patamar, foram observadas 28,5% das Metas de responsabilidade da Saeb, 33,3% da Seplan e 100% da Secti.

Dentre elas, a Meta Implantar o Sistema Integrado de Logística, de responsabilidade da Saeb, que atingiu 0% em relação ao valor de alcance. O custeio deste projeto está vinculado ao recurso disponibilizado no Profisco II, projeto da Sefaz com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que teve assinatura em 19/04/2022, e o Termo de Cooperação Técnica, publicado em 01/06/2022. Assim, somente em 2023, foram iniciadas as ações voltadas à implementação da primeira etapa - Plano Estratégico dos Processos de Logística de Suprimentos, porém, ainda sem a execução de recursos financeiros, o que impactou o resultado da Meta.

Cabe ressaltar, também, a Meta Prover geoinformação de referência em escala 1:25.000 para cobertura do território



A evolução da meta

Potencializar a recuperação da dívida ativa da Bahia, com **98,4%** do seu valor de alcance, é atribuída à **retração da economia** por conta do **período da pandemia** de Covid-19, entre 2020 a 2022

baiano, de responsabilidade da Seplan, que atingiu 0% em relação ao valor de alcance. A evolução da Meta foi comprometida, pois só foram entregues, validados e pagos produtos intermediários que ainda dependem de outras etapas para serem concluídas, o que ocorrerá ao longo de 2024.

A Meta Promover projetos que contribuam com soluções tecnológicas para melhoria da gestão pública, de responsabilidade da Secti, atingiu 43% em relação ao valor de alcance. Os motivos dessa evolução são atribuídos a impedimentos de ordem operacional, devido a indefinições quanto às parcerias e demandas da gestão pública para o desenvolvimento de soluções; além da carência ou falta de adesão de interessados, já que foram lançados editais pela FAPESB e a demanda foi baixa.

Contudo, 5,41% das Metas apresentaram desempenho na escala Indeterminado, ou seja, a eficácia superou 130%, sinalizando a necessidade de revisão da meta estabelecida. Dentre as metas de responsabilidade da PGE no Programa, 50% alcançaram este patamar e, da Seplan, 8,3%. Apresenta-se, assim, como oportunidade de melhoria, a Meta Ampliar

as atividades de consultoria, assessoramento jurídico e representação judicial e extrajudicial do Estado, de responsabilidade da PGE, que atingiu 1.192,4% em relação ao valor de alcance. Este comportamento pode ser compreendido pelo aumento exponencial de processos cadastrados nos sistemas utilizados pela PGE que escapa, em boa medida, da sua própria governabilidade, sendo oriundo, muitas vezes, de reformas da Administração, a litigiosidade geral etc. Além disso, o aumento foi devido aos variados esforços da PGE, como o aumento da produtividade dos seus profissionais, automação de processos, inteligência artificial, melhoria de sistemas etc. Entretanto, durante o período de apuração da meta, o entendimento consensual foi de que o aumento de processos cadastrados não refletia o real objetivo a ser alcançado. Destaca-se, outrossim, a Meta Ampliar a participação de municípios em consórcios públicos multifinalitários, de responsabilidade da Seplan, com 470% em relação ao valor de alcance. Este desempenho decorre do fato de que o valor de referência da Meta corresponde a 264 municípios participando de Consórcio Público, efetivamente em funcionamento. Contudo, no curso de 2019, foi iniciada ou ampliada a execução de algumas políticas públicas, o que

fez com que alguns Consórcios que, embora devidamente constituídos, não estavam em funcionamento retomassem suas atividades. De igual modo, o advento da pandemia da Covid-19 também fez com que alguns Consórcios retomassem suas atividades, tendo em vista a necessidade de atuação consorciada, inclusive na aquisição de equipamentos e insumos para o enfrentamento da pandemia. Atualmente, o número de municípios participantes de Consórcios é de 388, com apenas 29, dos 417 municípios baianos, não integrando consórcio público multifinalitário ativo.



A meta **Ampliação das atividades de assessoramento jurídico e representação judicial e extrajudicial do Estado** atingiu 1.192,4%. Esse resultado decorre do aumento da produtividade profissional, automação de processos e uso de inteligência artificial

Execução Orçamentário-Financeira e Física 2023 – Avanços

No Programa Gestão Governamental, 48,0% das Ações Orçamentárias demonstraram desempenho positivo na execução física, sendo classificadas como Bom ou Ótimo. Este mesmo desempenho foi observado em 69,2% das ações da PGE no Programa, 53,5% da Saeb, 25,9% da Sefaz, 48% da Seplan e 75% das ações da Secti. Quanto à execução orçamentário-financeira, 44,0% das ações também obtiveram desempenho nessas mesmas escalas, que também foi o patamar alcançado por 23,1% das Ações orçamentárias da PGE, 58,1% da Saeb, 29,6% da Sefaz, 64% da Seplan e 50% da Secti.

Dentre aquelas que indicam ótimo desempenho, com execução orçamentário-financeira compatível com a física, tem-se a ação da Secti Fomento à pesquisa de novas tecnologias para administração pública, com investimentos de R\$ 3.554.443,28. Nesta ação, 17 projetos foram apoiados, beneficiando estudantes em diversos Territórios, especialmente no Sudoeste Baiano

e Metropolitano de Salvador, onde oito projetos foram apoiados.

Destaca-se, também, a ação Implementação de Ações de prevenção de doenças para beneficiários do Planserv, da Saeb, com investimentos de R\$ 1.032.824,92. Nesta ação, 1.505 das 2.000 ações de prevenção de doença foram implementadas, beneficiando usuários do Planserv.

Vale ressaltar as ações: Preservação do Acervo Documental da Procuradoria Geral do Estado, com investimentos de R\$ 2.498.780,00 e todo o acervo documental preservado, Apoio à Formação e Estruturação de Consórcio Público, da Seplan, com investimentos da ordem de R\$ 908 mil e cinco apoios realizados na formação e estruturação de consórcio público e a Realização de Campanha em Educação Fiscal, inclusive a Nota Bahia Premia, com investimentos de cerca de R\$ 27.709.000,00 e três campanhas de educação fiscal realizadas e 11 ações de educação fiscal premiadas.

Execução Orçamentário-Financeira e Física 2023 – Oportunidades de Melhoria

No Programa Gestão Governamental, 49,60% das Ações Orçamentárias demonstraram desempenho insuficiente na execução física, sendo classificadas como Muito Baixo ou Baixo, o mesmo patamar observado em 30,8% das ações da PGE, 44,2% da Saeb, 70,4% da Sefaz, 52% da Seplan, e 25% da Secti. Quanto à execução orçamentário-financeira, 41,60% das ações também obtiveram desempenho nessas mesmas escalas, bem como 46,2% das Ações orçamentárias da PGE, 34,9% da Saeb, 48,1% da Sefaz, 28% da Seplan, e 25% da Secti.

Dentre aquelas que indicam desempenho Baixo ou Muito Baixo, com execução orçamentário-financeira incompatível com a física, tem-se a ação Implantação de Unidade do Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC, da Saeb, com investimentos de R\$ 1.556.495,28. Nesta ação, uma dentre as 18 unidades previstas foi concluída. Esta ação apresentou 61,11% da situação física em andamento.



Com investimento **superior a um milhão de reais**, ações de prevenção de doenças para usuários do Planserv totalizaram **1.505 atendimentos**

Destaca-se, também, a ação Reforma de Edifício Público, com investimentos de R\$ 13.773.728,05. Nesta ação, uma dentre as 88 unidades previstas foi concluída. Esta ação apresentou 5,68% da situação física em andamento. Vale ressaltar que, considerando tratar-se de uma ação com execução em 12 Secretarias, apenas a Seplan apresenta execução para efeito desta síntese, com investimentos de R\$ 255.790,53, representando cerca de 30% de execução orçamentário-financeira, e com sua única unidade programada na situação física em andamento.

Desempenho Territorial 2023 – Avanços

No programa de Gestão Governamental, 48,84% das Ações Orçamentárias tiveram sua programação física alocada nos Territórios de Identidade. O percentual de ações territorializadas no programa foi: na PGE, 61,5% das ações foram territorializadas, na Saeb, 59%, Secti, 100%, Sefaz, 51,7% e Seplan, 28% das suas ações. Dentre as ações

territorializadas, 58,67% obtiveram desempenho Bom ou Ótimo, sendo da PGE 55% de suas ações; da Saeb, 65%; SECTI, 92,3%; Sefaz, 17,6%; e da Seplan, 42,9% das ações.

Destaca-se a ação da Secti, Fomento à Pesquisa de Novas Tecnologias para Administração Pública, na qual um projeto de CT&I foi apoiado no Território de Identidade Bacia do Rio Grande, quatro no Metropolitano de Salvador e quatro no Sudoeste Baiano. Além disso, merece destaque a ação da Saeb, Implementação de Ações de Prevenção de Doenças para Beneficiários do Planserv, na qual 1.505 ações de prevenção de doenças foram implementadas no Território de Identidade Metropolitano de Salvador. Na PGE, destaca-se a ação Reforma de Unidade da Procuradoria Geral do Estado, com cinco unidades reformadas nos territórios Metropolitano de Salvador, Bacia do Rio Grande, Litoral Sul, Portal do Sertão, Sertão do São Francisco e Sudoeste Baiano. A ação Modernização de Órgão Público apresentou bom desempenho na Sefaz, SDE, Seplan e Casa Civil, modernizando seis dos oito programados para o território Metropolitano de Salvador, sendo que duas estão em andamento.



A ação **Mordernização de órgão público** teve **desempenho Bom**, com atuação concluída em **seis Territórios de Identidade**, e dois em andamento

Desempenho Territorial 2023 – Oportunidades de Melhoria

Por outro lado, no programa Gestão Governamental, 51,16% das Ações Orçamentárias não tiveram a programação física alocada nos Territórios de Identidade. Ao invés disso, a unidade espacial de programação utilizada foi todo o Estado. Das ações de responsabilidade da PGE, 38,5% não foram territorializadas, da Saeb, 40,9%, da Sefaz, 48,28% e, da Seplan, 72%.

Dentre as ações programadas nos territórios, 41,33% obtiveram desempenho classificado como Regular, Baixo ou Muito Baixo, sendo que, na PGE, 45% das suas ações territorializadas apresentaram desempenho nessas faixas. Na Saeb, foram 34,9%, na SECTI, 7,7%, Sefaz, 82,4% e na Seplan, 57,1%.

Apresenta-se como oportunidades de melhoria a ação da Saeb, Implantação de Unidade do Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC, cuja programação física previa a implantação de 18 unidades de atendimento e apenas uma foi implantada no Território de Identidade Chapada Diamantina. Além disso,

merece atenção a ação Reforma de Edifício Público, cuja programação física previa 88 edifícios públicos reformados, porém apenas um foi reformado no Território de Identidade Metropolitano de Salvador. Esta ação estava programada para diversos órgãos, como a SDE, SDR e Seplan. Na ação de Ampliação e Renovação da Frota de Veículos da Administração Fazendária, da Sefaz, também não ocorreu a disponibilização de nenhum dos 25 veículos programados para o território Metropolitano de Salvador.



A ação **Reforma de edifício público** realizou uma entrega situada no Território de Identidade Metropolitano de Salvador

Considerações

Considerando os resultados do processo de Avaliação de Desempenho do PPA, recomenda-se manter o contínuo aprimoramento dos processos de gestão e das ações articuladas e sistêmicas entre a Seplan e as demais Secretarias e Órgãos, observando os seguintes aspectos:

- ✓ Aprimorar o processo de construção e gestão de indicadores para mitigar ou eliminar os riscos de não apuração;
- ✓ Melhorar o processo de coleta de informações do público beneficiário da ação governamental, de modo a permitir a qualificação desse público, em termos de quantidade e localização;
- ✓ Aprimorar o processo de coleta da informação do relato da iniciativa, de modo que seja possível identificar os motivos pelos quais não se alcançou o que foi planejado na Ação Orçamentária e as possíveis repercussões no alcance da respectiva meta de Compromisso. Ao coletar essas informações, de forma sistemática e abrangente,

será possível identificar padrões, tendências e causas subjacentes que contribuíram para os resultados aquém do esperado, permitindo, assim, que sejam implementadas medidas corretivas e preventivas eficazes no futuro;

- ✔ Aprimorar o processo de elaboração da programação orçamentária, com o objetivo de estabelecer um padrão de continuidade das Ações Orçamentárias que ultrapassam um ano. Isso significa planejar e executar ações que sejam consistentes e alinhadas ao longo do tempo, garantindo uma visão de longo prazo;
- ✔ Considerando que 34,8% dos Indicadores de Programa apresentaram evolução negativa; 27,2% das Metas apresentaram desempenho Baixo ou Muito Baixo; e 45,7% das Ações Orçamentárias, no ano de 2023, apresentaram desempenho na execução física, também, nessas faixas, é importante promover análise das iniciativas do PPA 2020-2023 que estão relacionadas a esse desempenho insuficiente. Busca-se, desta forma, identificar quais dessas iniciativas permanecem

no PPA 2024-2027, visando promover melhorias em seu desempenho;

- ✔ Considerando que 73,02% do orçamento do ano de 2023 foi liquidado na unidade territorial Estado, para ampliar o percentual do orçamento alocado aos Territórios de Identidade, é essencial melhorar o processo de execução orçamentária. Para isso, algumas medidas podem ser adotadas:

- monitorar e avaliar, constantemente, a execução do orçamento, identificando Ações Orçamentárias que tiveram a execução física distribuída nos Territórios de Identidade e estabelecer critérios para alocação dos recursos financeiros aos respectivos Territórios;
- orientar os órgãos e entidades para que façam o empenho da despesa por Território de Identidade.